

Curso/Disciplina: Direito Empresarial Extensivo

Aula: 96

Professor(a): Priscilla Menezes

Monitor(a): Éllen Borges Lefundes

Aula nº. 96

Módulo IX – Regimes Especiais – Intervenção e RAET.

Existem alguns empresários que devido a sua importância no cenário internacional tem regramento especial.

Iniciaremos falando dos regimes especiais dedicados as instituições financeiras.

A lei n. 4595/64 traz no seu art. 17 o conceito de instituição financeira.

Art. 17. Consideram-se instituições financeiras, para os efeitos da legislação em vigor, as pessoas jurídicas públicas ou privadas, que tenham como atividade principal ou acessória a coleta, intermediação ou aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, e a custódia de valor de propriedade de terceiros.

Parágrafo único. Para os efeitos desta lei e da legislação em vigor, equiparam-se às instituições financeiras as pessoas físicas que exerçam qualquer das atividades referidas neste artigo, de forma permanente ou eventual.

Regimes especiais para instituições financeiras em crise:

- ✓ A lei n. 6.024/74 trata de intervenção e liquidação extrajudicial.
- ✓ O Decreto n. 2.321/87 que institui o Regime de administração especial temporária (RAET).
- ✓ A lei n.9.447/97 que criou o Programa de estímulo à reestruturação e fortalecimento do sistema financeiro nacional (PROER).

A intervenção do Banco Central do Brasil (BACEN) vem prevista na lei n. 6.024/74, sendo cabível em instituições financeiras, conforme previsão do art. 2 da lei.

O objetivo da intervenção é sanar as irregularidades, de forma a equalizar a situação econômica. Trata-se de uma medida cautelar, temporária.

Art. 2º lei n. 6.024/74. Far-se-á a intervenção quando se verificarem as seguintes anormalidades nos negócios sociais da instituição:

- I - a entidade sofrer prejuízo, decorrente da má administração, que sujeite a riscos os seus credores;

II - forem verificadas reiteradas infrações a dispositivos da legislação bancária não regularizadas após as determinações do Banco Central do Brasil, no uso das suas atribuições de fiscalização;

III - na hipótese de ocorrer qualquer dos fatos mencionados ~~nos artigos 1º e 2º, do Decreto-lei nº 7.661, de 21 de junho de 1945 (lei de falências)*~~, houver possibilidade de evitar-se, a liquidação extrajudicial. (*fazer a seguinte adequação: nos artigos 94, inciso I, II e III, da lei n.11.101/05).

A intervenção pode ser decretada de ofício pelo Banco Central do Brasil, desde que verificadas irregularidades; ser decretada a requerimentos dos administradores, desde que tenham poderes estatutários para requer a intervenção, conforme previsão do art. 3 da lei n. nº 6.024/74.

Art . 3º A intervenção será decretada ex officio pelo Banco Central do Brasil, ou por solicitação dos administradores da instituição - se o respectivo estatuto lhes conferir esta competência - com indicação das causas do pedido, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal em que incorrerem os mesmos administradores, pela indicação falsa ou dolosa.

A intervenção tem prazo (6 meses), prorrogáveis única vez por igual período, conforme dispõe o art. 4 lei n.6.024/74.

Art . 4º O período da intervenção não excederá a seis (6) meses o qual, por decisão do Banco Central do Brasil, poderá ser prorrogado uma única vez, até o máximo de outros seis (6) meses.

O interventor é escolhido pelo BACEN e terá amplos poderes de gestão. Contudo, para atos que impliquem em oneração ou disposição de bens, a admissão ou demissão de empregados é necessária a autorização prévia do BACEN.

Art . 5º A intervenção será executada por interventor nomeado pelo Banco Central do Brasil, com plenos poderes de gestão

Dessas decisões do interventor cabe recurso, a ser endereçado ao BACEN, no prazo de 10 dias, sem efeito suspensivo.

São efeitos da intervenção:

Art . 6º A intervenção produzirá, desde sua decretação, os seguintes efeitos

- a) suspensão da exigibilidade das obrigações vencidas;**
- b) suspensão da fluência do prazo das obrigações vincendas anteriormente contraídas;**
- c) inexistência dos depósitos já existentes à data de sua decretação.**

Essas 3 medidas têm por objetivo evitar que os credores exijam que a instituição financeira honre com suas obrigações.

O rol de atribuições do interventor consta no art. 9 da 4595/64.

Art . 9º Ao assumir suas funções, o interventor:

a) arrecadará, mediante termo, todos os livros da entidade e os documentos de interesse da administração;

b) levantará o balanço geral e o inventário de todos os livros, documentos, dinheiro e demais bens da entidade, ainda que em poder de terceiros, a qualquer título.

Parágrafo único. O termo de arrecadação, o balanço geral e o inventário, deverão ser assinados também pelos administradores em exercício no dia anterior ao da posse do interventor, os quais poderão apresentar, em separado, as declarações e observações que julgarem a bem dos seus interesses.

Art . 12. À vista do relatório ou da proposta do interventor, o Banco Central do Brasil poderá:

a) determinar a cessação da intervenção, hipótese em que o interventor será autorizado a promover os atos que, nesse sentido, se tornarem necessários;

b) manter a instituição sob intervenção, até serem eliminadas as irregularidades que a motivaram, observado o disposto no artigo 4º;

c) decretar a liquidação extrajudicial da entidade;

d) autorizar o interventor a requerer a falência da entidade, quando o seu ativo não for suficiente para cobrir sequer metade do valor dos créditos quirografários, ou quando julgada inconveniente a liquidação extrajudicial, ou quando a complexidade dos negócios da instituição ou, a gravidade dos fatos apurados aconselharem a medida.

A intervenção cessa quando:

Art . 7º A intervenção cessará:

a) se os interessados, apresentando as necessárias condições de garantia, julgadas a critério do Banco Central do Brasil, tomarem a si o prosseguimento das atividades econômicas da empresa;

b) quando, a critério do Banco Central do Brasil, a situação da entidade se houver normalizado;

c) se decretada a liquidação extrajudicial, ou a falência da entidade.

REGIME DE ADMINISTRAÇÃO ESPECIAL TEMPORÁRIA

O art. 1 do decreto n. 2.321/87 traz as hipóteses que justificam a instituição do RAET.

Art. 1º O Banco Central do Brasil poderá decretar regime de administração especial temporária, na forma regulada por este decreto-lei, nas instituições financeiras privadas e públicas não federais, autorizadas a funcionar nos termos da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, quando nelas verificar:

a) prática reiterada de operações contrárias às diretrizes de política econômica ou financeira traçadas em lei federal;

b) existência de passivo a descoberto;

c) descumprimento das normas referentes à conta de Reservas Bancárias mantida no Banco Central do Brasil;

d) gestão temerária ou fraudulenta de seus administradores;

e) ocorrência de qualquer das situações descritas no artigo 2º da Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974.

Parágrafo único. A duração da administração especial fixada no ato que a decretar, podendo ser prorrogada, se absolutamente necessário, por período não superior ao primeiro.

Não temos um prazo determinado em lei para a duração do RAET.

No RAET teremos a instituição de um Conselho Diretor que irá atuar na gestão. As decisões do Conselho Diretor são recorríveis perante o BACEN, como instância única, no prazo de 10 dias.

O Conselho Diretor terá que elaborar um relatório dando conta de um diagnóstico de situação e de medidas cabíveis para equalizar a situação, conforme prevê o art. 11 da Lei nº 6.024/74.

Art. 11. À vista de relatório ou de proposta do conselho diretor, o Banco Central do Brasil poderá:

a) autorizar a transformação, a incorporação, a fusão, a cisão ou a transferência do controle acionário da instituição, em face das condições de garantia apresentadas pelos interessados;

b) propor a desapropriação, por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social, das ações do capital social da Instituição.

c) decretar a liquidação extrajudicial da instituição.

O RAET é findando nas possibilidades elencadas pelo art. 14 da Lei nº 6.024.

Art. 14. O regime de que trata este decreto-lei cessará:

a) se a União Federal assumir o controle acionário da Instituição, na forma do artigo 11, letra b ;

b) nos casos de transformação, incorporação, fusão, cisão ou de transferência do controle acionário da instituição;

c) quando, a critério do Banco Central do Brasil, a situação da instituição se houver normalizado.

d) pela decretação da liquidação extrajudicial da instituição.